

História cultural e história da educação*

Francisco José Calazans Falcon

Universidade Salgado de Oliveira, Programa de Pós-Graduação em História

Introdução

A tentativa de reunir duas formas de história – da cultural e a da educação –, que só muito raramente andam juntas, levou-me a pensar seriamente nos motivos que poderiam explicar a realidade de tal separação. Ao longo deste artigo tentarei explicitar o encaminamento que demos ao exame dessa realidade.

O texto está dividido em três partes principais: a primeira trata de algo que se afigura à primeira vista como uma espécie de *ausência*, isto é, ao fato de que, salvo algumas poucas exceções, não se pode constatar a presença da história da educação no território da *oficina da história*; a segunda aborda certas questões disciplinares e institucionais, mas também historiográficas, que têm concorrido para a exclusão de determinadas disciplinas históricas do âmbito do território do historiador; a terceira, enfim, busca trabalhar em linhas mais gerais o problema da história cultural

na atualidade historiográfica, nele situando a questão específica da história da educação.

As evidências empíricas de uma ausência

Escolhi aleatoriamente algumas das obras que, a partir dos anos de 1970, procuram analisar, segundo perspectivas bastante distintas, os rumos da produção historiográfica ocidental. Entre os inúmeros aspectos abordados em tais obras (coletivas, por sinal), observa-se sempre a importância cada vez maior da *história cultural*, de início restrita à chamada *história das mentalidades*. Mas também se pode observar nesse mesmo universo textual a ausência quase completa de trabalhos relativos à história da educação, como se não competisse realmente aos historiadores o estudo e a pesquisa de tal história.

Apenas para exemplificar tal ausência, selecionei alguns dos trabalhos mais importantes de teoria e historiografia publicados ao longo das últimas três décadas, como uma forma de documentar empiricamente essas afirmações.

Em 1976 foi publicada no Brasil, pela editora Francisco Alves, a tradução dos três volumes organi-

* Artigo redigido a partir da exposição realizada no Grupo de Trabalho História da Educação na 27ª Reunião Anual da ANPED (Caxambu, MG, 21 a 24 de novembro de 2004).

zados por Jacques Le Goff e Pierre Nora intitulados *Faire de l'histoire*, respectivamente: *História: novos objetos*, *História: novas abordagens* e *História: novos problemas*. Em nenhum desses três volumes, contudo, há qualquer referência à história da educação, ao passo que entre os “novos problemas” e as “novas abordagens” encontramos temas tipicamente culturais, além do famoso artigo de Le Goff intitulado “As mentalidades: uma história ambígua”. Quando muito se poderia hoje assinalar a presença de um artigo precursor de Roger Chartier e Daniel Roche (1976) – “O livro: uma mudança de perspectiva” –, desde que, é claro, sejam situados os estudos sobre livros, leitores e leituras no âmbito de uma história cultural voltada para aquelas práticas sociais mais diretamente ligadas a perspectivas pedagógicas. Essa é, no entanto, uma questão a ser retomada mais adiante.

Em 1997 foi publicada a obra intitulada *Dominios da história*, organizada por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. A respeito desse livro pode-se fazer duas observações: em seus 19 capítulos não há nenhum dedicado à história da educação; e em nenhum dos dois capítulos que mais se aproximam de nossas atuais indagações – o capítulo 2, de Hebe Castro, sobre “História social”, e o capítulo 5, de Ronaldo Vainfas, sobre “História das mentalidades e história cultural” – há qualquer referência à história da educação.

Em 1998 foi editada a tradução brasileira de *Passés recomposés*, com o título *Passados recompostos: campos e canteiros da história*, obra organizada por Jean Boutier e Dominique Julia. Também nesse caso, apesar de a temática ser extremamente contemporânea dos diversos artigos, a educação – e não apenas sua história – primou pela ausência.

Em 2001 foi publicado *Brasil-Portugal: história, agenda para o milênio*, livro organizado pelos professores José Jobson Arruda e Luís Adão da Fonseca, que traz o conjunto das contribuições apresentadas no ano anterior, em São Paulo, em uma reunião da qual participaram algumas dezenas de historiadores brasileiros e portugueses. Examinei, então, atentamente as seis partes temáticas nas quais se reúnem as diversas contribuições até agora apresentadas, e

notei que em nenhuma delas foi possível localizar algum texto, alguma referência, à história da educação.

Certamente esses exemplos poderiam ser multiplicados, porém isso pouco acrescentaria ao meu argumento. Se fosse dada preferência a textos de autores franceses, ingleses, italianos, espanhóis, portugueses e norte-americanos, seria possível observar algumas diferenças com relação à inserção da temática da *educação* no âmbito da disciplina histórica, ou, mais concretamente, na esfera da história cultural, embora não necessariamente com a *história da educação*. Vejamos alguns desses casos:

1. Georges Duby, em seu artigo sobre “Histoire des mentalités”, hoje um autêntico clássico, publicado na coletânea *L'histoire et ses méthodes*, organizada por Charles Samaran em 1961, afirma que o estudo das mentalidades do passado deve apoiar-se numa história da educação entendida no seu sentido mais lato, isto é, deve partir de todas as comunicações, e do seu meio, “dos meios através dos quais o indivíduo recebe os modelos culturais, e, portanto, em princípio, deve partir de uma história da infância” (p. 917-918).

2. Nos textos do Colóquio Franco-Húngaro de Tihany, organizados em 1982 por Jacques Le Goff e Bela Kopeczi com o título *Objet et méthodes de l'histoire de la culture*, só consegui destacar dois artigos mais ou menos relacionados com o tema que ora nos ocupa: “Universidade e sociedade na Europa Moderna”, de Jacques Revel, e “A constituição de uma rede de colégios em França do século XVI ao XVIII”, de Dominique Julia.

3. Roger Chartier, em *A história cultural: entre prática e representações* (tradução portuguesa publicada em 1990), inclui dois capítulos bastante próximos de nossos atuais interesses: o capítulo 4 – “Textos, impressos, leituras”, e o capítulo 5 – “Práticas e representações: leituras camponesas em França no século XVIII”.

4. Em *A nova história cultural* (1992), organizado por Lynn Hunt, praticamente não há nada a respeito de educação, história e cultura, com exceção do

texto de Chartier sobre “Textos, impressos, leituras”, já mencionado.

Há também, embora relativamente raros ainda, alguns trabalhos mais ou menos recentes que abordam e discutem os problemas principais das relações entre a história da educação e a história produzida pelos historiadores, assim como a questão específica das relações entre história da educação e história cultural:

1. Thais Nivia de Lima e Fonseca é autora de um interessante artigo intitulado “História da educação e história cultural”, publicado em 2003 na coletânea *História e historiografia da educação no Brasil*, por ela organizada juntamente com Cynthia Veiga Greive. Depois de definir a história cultural como um campo historiográfico, a autora aí situa a história da educação como um dos seus campos de investigação. Assim, entendida como uma especialização da história, a história da educação não pode ser vista como um campo dotado de metodologia própria e construtor de seus próprios referenciais teóricos. Nesse particular, aliás, a autora critica as propostas de Diana Gonçalves Vidal e Luciano Mendes de Faria Filho (Lima e Fonseca, 2003, p. 59 e nota 25), bem como a tentativa de Marta Carvalho e Clarice Nunes no sentido de demarcar fronteiras entre a história cultural e a história da educação, pois, no seu entender, as duas não se equivaleriam como campo historiográfico. Na verdade, portanto, a história da educação utiliza-se dos procedimentos metodológicos, dos conceitos e referenciais teóricos, bem como de muitos objetos de investigação pertencentes à história cultural, e é no âmbito desta última que devemos situá-la: “os últimos balanços realizados sobre a produção em história da educação indicam uma forte e já reconhecida tendência das pesquisas na direção da nova história, especialmente da história cultural” (p. 59-60 e nota 27).

Como principais evidências do que afirma, Lima e Fonseca (2003) menciona: a busca de *novos objetos* e de *novas abordagens*; a recorrência das referências a autores como Roger Chartier; a ênfase dos

trabalhos, sobretudo dissertações e teses, na história das leituras e dos impressos; a grande utilização de conceitos como *circulação*, *apropriação*, *representação*, *saberes e culturas escolares*, ou seja, a preocupação com as *práticas culturais* (p. 60 e notas 28 e 29). Segundo a autora, “a contribuição que a história cultural, como campo dotado de aportes teórico-metodológicos, pode dar ao avanço da história da educação está no descortinamento de dimensões ainda pouco exploradas, fora da escola e da escolarização, bem como a imposição corajosa de novos olhares sobre essa que é uma dimensão já tradicional” (p. 72).

2. Pere Solà, em comunicação apresentada por ocasião do Congresso Internacional “História a Debate”, realizada em 1993, em Santiago de Compostela, e publicada no tomo dois das respectivas *Actas* com o título “El estudio diacrónico de los fenómenos educativos y las tendencias historiográficas actuales”, aborda diversas questões bastante atuais a respeito da história da educação em suas relações com a produção historiográfica contemporânea.

3. Marta Maria Chagas de Carvalho, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em um artigo intitulado “A configuração da historiografia educacional brasileira”, publicado em 1998 no livro organizado por Marcos Cezar de Freitas com o título *Historiografia brasileira em perspectiva*, analisa algumas das tendências que têm marcado a história da educação entre nós, tomando como seu principal exemplo a obra de Fernando de Azevedo e a tradição que se construiu a partir daí.

Tradições e querelas disciplinares

Memórias e história

Há muitos anos, durante a segunda metade da década de 1960, participei das discussões que tinham como tema central a questão da reforma universitária. Do bojo desse debate emergiu a proposta de liquidação das faculdades de filosofia, há muito acusadas – injustamente, por sinal – de constituírem um sério obstáculo à implementação de uma *nova uni-*

versidade. Não cabe discutir, aqui e agora, a questão das faculdades de filosofia. O fato é que, trabalhando na antiga Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e na Universidade Federal Fluminense (UFF), presenciei o desmembramento das antigas faculdades de filosofia e a criação dos novos institutos: o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, na UFRJ, e o Instituto de Ciências, História e Filosofia, na UFF.

Durante as intermináveis discussões que marcaram a constituição dessas novas unidades, tive minhas primeiras experiências sobre as dificuldades reais do historiador para lidar com as chamadas *disciplinas setoriais de história* – as disciplinas que, embora fossem de *história*, não faziam parte dos departamentos de história. Seria lógico, então (assim pensávamos nós, os historiadores), que a reforma em curso alocasse tais disciplinas de *história* nos departamentos de história de cada universidade.

Ledo engano. Aos poucos, viríamos a perceber as dificuldades de toda ordem para se tomarem providências aparentemente tão *lógicas e naturais*. Na verdade, não havíamos previsto que para cada uma das *histórias de...*, dispersas pelos diferentes departamentos da universidade, existiam sempre ponderáveis razões a recomendar sua permanência institucional nos departamentos em que já se achavam alocadas. Tradição, razões práticas, argumentos teóricos, tudo pesava a favor do *statu quo*.

No fundo, como no caso da educação, tratava-se de uma disciplina (história da educação) que não foi instituída como especialização temática de história, mas como parte integrante de uma *ciência da educação*. Só mais recentemente o mapeamento e a crítica da historiografia educacional brasileira “têm posto em evidência os constrangimentos teóricos e institucionais que marcaram o processo de constituição da história da educação como disciplina escolar e campo de pesquisas” (Carvalho, 1998, p. 329). Trata-se daquilo que Mirian Jorge Warde (1990) denominou de *presentismo pragmatista*, ou seja, ao fato de que a história da educação não foi instituída como especialização temática da história, mas como *ciência da*

educação ou como *ciência auxiliar da educação* (1990, p. 3-11).

Diana Gonçalves Vidal e Luciano Mendes de Faria Filho (2003), em interessante artigo intitulado “História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880/1970)”, apresentam vários elementos analíticos e críticos acerca dos caminhos trilhados pela história da educação. Em primeiro lugar, o histórico da disciplina a partir de três vertentes: a tradição historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); as escolas de formação do magistério; a produção acadêmica, de 1940 a 1970. Tomando como ponto de partida a persistência maior ou menor dessas três vertentes, vêm, em segundo lugar, os trabalhos realizados nos últimos vinte anos: temas e períodos, abordagens teóricas mais recorrentes, características historiográficas, sobretudo a liderança acadêmica do grupo mais ligado a Laerte Ramos de Carvalho. Com o surgimento dos programas de pós-graduação em educação, manifestou-se a tendência a utilizar como referencial teórico o marxismo de Althusser e, a seguir, de Gramsci, fato este assinalado por Mirian Jorge Warde e Marta Carvalho (2000). Empenhada em explicar o presente e nele intervir, essa historiografia confirmou o pragmatismo dos anos de 1930 e de 1940, e consolidou a escrita de uma história da educação presa ao presentismo pragmatista (*idem*, p. 25-26), aliás, com um certo viés salvacionista em alguns autores mais vinculados ao pensamento religioso ou aos engajamentos políticos.

Durante a década de 1980 foram criados vários grupos de trabalho de história da educação. Em 1984, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), surgiu o GT História da Educação, no qual se difundiram novos horizontes de investigação na área, tais como a história das mentalidades, o pós-estruturalismo e a história cultural. Em 1986 era criado o Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), caracterizado por um certo viés marxista de análise histórica. Em 1999 foi criada a Sociedade Brasileira de Histó-

ria da Educação (SBHE) e, em 2001, a *Revista Brasileira de História da Educação* (Vidal & Faria Filho, 2003, p. 58-59). Tais iniciativas denotam não apenas o crescente interesse por um campo específico – o da história da educação –, mas têm também como consequência uma preocupação dos pesquisadores com os seus pressupostos teórico-metodológicos e, ainda, a sua inserção nas perspectivas propriamente historiográficas.

Em busca de novos caminhos

Acredito já haver demonstrado que aquela primeira impressão de ausência da história da educação do ponto de vista da *oficina do historiador* precisa ser relativizada pelas tendências mais recentes no âmbito da história da educação. Todavia, persiste ainda hoje um certo distanciamento que tem a ver tanto com as heranças das separações disciplinares quanto com a natureza mesma da *história da educação*. Estamos aqui, ao que tudo indica, ante a diferença entre dois tipos de histórias: as chamadas *histórias de* (*histórias de algo*, ou seja, de determinado objeto), e as *histórias algo* (*adjetivadas*, referidas a determinado aspecto tido como inerente à história). No primeiro caso, para exemplificar, temos a história da arte, da literatura, da filosofia, das ciências, do direito, entre muitas outras, inclusive, é claro, a história da educação. Todas se intitulam de *histórias*, mas, na realidade, cada uma delas está vinculada a um campo específico do conhecimento, de tal maneira que a perspectiva histórica constitui apenas um tipo possível de abordagem, algo que se situa entre uma espécie de *história aplicada* a determinados objetos e a visão que se supõe *histórica* acerca do desenvolvimento de idéias ou teorias ao longo de um eixo cronológico.

Já em relação ao segundo tipo de *histórias*, sua razão de ser encontra-se provavelmente na própria história da historiografia: após as concepções totalizadoras, de origem iluminista, típicas das diversas *histórias universais* legadas pelo século XIX (historicistas, marxistas, positivistas), afirmou-se, desde o final desse mesmo século, com o domínio da historiogra-

fia ou metódica, uma espécie de divisão do trabalho historiográfico: aos historiadores, a história política (acontecimentos políticos, grandes líderes civis e militares, diplomacia, guerras, instituições e idéias políticas); aos demais, especialistas em outros campos da realidade histórica, a história da arte, da literatura, da filosofia, da ciência, da música, do direito, da educação, entendidas como especializações acadêmicas e científicas.

Assim, compartimentadas em saberes acadêmicos disciplinados e institucionalizados, as chamadas *manifestações culturais* passaram a constituir os objetos de historiografias particulares, incomunicáveis umas com as outras, organizadas cronologicamente e com características meramente descritivas, factuais, quase sempre ancoradas nas noções de influência, sucessão, escolas e eras ou períodos ditos *históricos* que pouco ou nada tinham a ver com a história dos historiadores propriamente dita.

Essa é, evidentemente, uma visão um tanto simplificada da história da história durante o século XX. Para sermos mais exatos, porém, precisaríamos lembrar o lento processo que levou à constituição de uma história econômica independente da teoria econômica, primeiramente na Grã-Bretanha e a seguir na França e em outros países. Recordemos, por exemplo, que a revista lançada por Marc Bloch e Lucien Febre, em 1929, origem da chamada *École des Annales*, chamava-se *Revue d'Histoire Économique et Sociale*. Relegando a um lugar secundário a historiografia dita *positivista*, a Escola dos Annales enfatizou o econômico, o social e o meio geográfico. Nos anos de 1960, quando estava no seu apogeu a história dos *analistas*, Frédéric Mauro (1969, 1975) sublinhou a necessidade de uma autêntica história social que preenchesse as lacunas então existentes, segundo ele, entre a dimensão política e a econômica. Desenvolveram-se, assim, as histórias das estruturas, dos movimentos sociais e das mentalidades coletivas.

Essa idéia de algo como uma história em três dimensões, ou de um *real tridimensional*, veio a ser modificada, a partir de meados dos anos de 1970, pelo advento da *história cultural*, ou seja, o reconhecimento

de uma outra dimensão ou característica inerente à realidade histórica: a dimensão cultural.

Assim resumidamente descritas as origens quer das abordagens ou dimensões da realidade histórica, quer das disciplinas *setoriais*, como vem a ser o caso da história da educação, fica evidenciado que tais disciplinas possuem o caráter de disciplinas de intersecção entre dois campos principais – no caso em tela, entre o campo das ciências históricas e o das ciências da educação. Permanece no ar o problema da autonomia da história da educação em relação às ciências da educação, sendo válido perguntar, com Solà (1995, p. 213): o que é a história da educação? História *aplicada* aos fenômenos educativos ou teoria da educação, quer dizer, exposição da ciência pedagógica por uma forma histórica? Segundo esse mesmo autor, a história da educação não se libertou ainda de seu antigo lastro filosófico mesmo funcionando hoje, em geral, nos departamentos de teoria e história da educação, o que implica o fato de que seus pesquisadores e docentes são, na maioria das vezes, universitários sem formação histórica específica.

Em conseqüência desses elementos, tende-se a esquecer com demasiada freqüência, na prática, que

[...] o sentido da história educativa não se esgota no escolar, e que o educativo (e o escolar) fazem parte de uma complexa engrenagem cultural e social. Passa-se por cima da questão de que a história do fato educativo se inscreve na história da cultura, da transmissão cultural, da formação e reprodução de mentalidades e atitudes coletivas... Esquece-se a vital inserção da história da educação na história da sociedade *tout court*. (Solà, 1995, p. 215-216)

De fato, sublinha Solà, uma informação correta e profunda de tipo histórico contextualizador é imprescindível para a compreensão do sentido da práxis humana e, dentro dela, da intervenção educativa.

Lima e Fonseca (2003) tenta examinar a questão da história da educação do ponto de vista da historiografia contemporânea, com ênfase na história cultural. Tal como sublinhei na primeira parte deste trabalho, a autora constata que a história social não é

considerada nem como campo de investigação, nem como objeto ou abordagem nos debates envolvendo a nova história, a história das mentalidades, a história social e a história cultural. Aliás, no livro *Domínios da história* (Cardoso & Vainfas, 1997), como já vimos, há diferenças entre *territórios* ou *áreas* e *campos de investigação* e *linhas de pesquisa*, cujos objetos podem ser tratados à luz dos pressupostos teórico-metodológicos daqueles. O mais interessante, no entanto, é a constatação da autora: “a história da educação não aparece nem como território, nem como campo de investigação, sequer como tema” (Lima e Fonseca, 2003, p. 52).

Assim, há necessidade de uma reflexão mais sistemática sobre os argumentos que tentam sustentar uma propalada autonomia da história da educação como um campo historiográfico particular, ao lado da história política, ou, como querem outros, da história cultural. Na verdade, porém, a educação é um tema/objeto de investigação necessário à compreensão da formação cultural de uma sociedade (*idem*).

A história cultural na historiografia contemporânea

Penso que esta talvez não venha a ser a oportunidade mais adequada para apresentar as principais questões conceituais e suas implicações historiográficas do ponto de vista da história cultural.

Trabalho, desde 1990, com diversos aspectos da história cultural e sei muito bem que não haveria como retomar, aqui e agora, as inúmeras questões abrangidas por esse campo da produção historiográfica na atualidade. Vou, portanto, tão-somente apresentar algumas breves indicações e comentários, tendo em vista a problemática da história da educação.

1. Toda vez que se aborda o tema da história cultural emerge obrigatoriamente, no âmbito do problema das relações entre história e cultura, a indagação a respeito das diferenças, ou não, entre história da cultura e história cultural. O primeiro obstáculo aqui vem a ser o conceito de *cultura*. Há então que se distinguir entre a historiografia da cultura elaborada a partir dos

pressupostos da Ilustração e aquela elaborada em função de pressupostos antropológicos, na qual mais e mais se destaca o caráter plural da noção de *cultura* e sua multiplicidade de definições. Logo, é preciso reconhecer que *cultura* constitui um nome aplicável a um campo semântico e, como tal, em processo contínuo de ampliação e complexificação (Falcon, 2002).

Denys Cuche (1999), ao analisar *A noção de cultura nas ciências sociais*, percorre o longo itinerário conceitual e metodológico que se inicia com a gênese da palavra e da idéia de cultura, passa pela invenção do conceito científico de cultura, em Edward B. Tylor e Franz Boas, seu triunfo no século XX, e as diferentes configurações mais ou menos recentes das variadas acepções e relações construídas em função desse mesmo conceito de cultura. Particularmente instigantes, aliás, são o capítulo 4, sobre o “Estudo das relações entre as culturas e a renovação do conceito de cultura”, e o capítulo 5, intitulado “Hierarquias sociais e hierarquias culturais”.

2. Uma das maneiras utilizadas pelos historiadores do cultural para contornar as intermináveis discussões a propósito dos objetos culturais que constituiriam a matéria-prima da história cultural foi, ou tem sido, a de pensar a história cultural como uma certa forma de abordagem do *real histórico* e, ao mesmo tempo, encarar a dimensão ou perspectiva cultural como alguma coisa que está presente na economia, na política e na sociedade como um todo.

Assim, entendendo-se o cultural como um certo tipo de enfoque ou abordagem, ficaria de pé a idéia da unidade da história – “só existe uma história”. Logo, a ser aceito esse ponto de vista, a *história cultural* equivale teoricamente às outras grandes divisões da história – a econômica, a política e a social. No lugar de objetos previamente definidos como culturais, a história cultural contemplaria de fato o conhecimento de uma dimensão do real.

Haveria assim uma diferença conceitual bastante real entre história cultural e história da cultura, já que esta última se definiria a partir de objetos – ou de um único objeto, a cultura – reconhecidos como aqueles pertencentes, ou inerentes, à própria idéia de cul-

tura. Logo, em lugar de um tipo de abordagem ou de uma dimensão do real, tratar-se-ia do recorte de objetos históricos reconhecidos como culturais.

Que não se trata de um simples jogo de palavras, pode-se perceber com clareza, por exemplo, em Gombrich (1994), quando se propõe a definir aquilo que deveria ser uma verdadeira história cultural, em oposição à “velha história da cultura”, autêntico obstáculo epistemológico, segundo ele, no caminho da construção necessária de uma “história cultural realmente histórica”.

Peter Burke (2000), ao escrever sobre as *Variedades de história cultural*, assinala o fato de que hoje já existem muitos historiadores que preferem definir-se como historiadores culturais, algo talvez impensável há alguns poucos anos. Ao mesmo tempo, a maioria desses historiadores prefere trabalhar com disciplinas setoriais em vez de escrever sobre culturas totais – como reação à dependência da antiga história cultural ao postulado da unidade ou consenso cultural (tipo “espírito do tempo”, *weltanschauung*, “civilizações” etc.). Outro exemplo desse tipo de crítica a um conceito unitário de cultura é dado por Thompson (1963, 1968) em seu conhecido estudo sobre a formação da classe operária inglesa.

Afirma Schorske (1988) que, assim como é necessário conhecer os métodos críticos da ciência moderna para interpretá-la historicamente, também é preciso conhecer os tipos de análise empregados pelos estudiosos de humanidades para se poder abordar a produção cultural não-científica do século XX. Mas o historiador não partilha totalmente do objetivo do analista de textos na área de humanas. Este visa o máximo de elucidação de um produto cultural, relacionando todos os princípios de análise com o seu conteúdo particular. Já o historiador procura situar e interpretar temporalmente o artefato, num campo no qual se cruzam duas linhas. Uma é vertical, ou diacrônica, com a qual ele estabelece a relação de um texto ou um sistema de pensamento com expressões anteriores no mesmo ramo de atividade cultural (pintura, política etc.). A outra é horizontal, ou sincrônica; com ela, o historiador avalia a relação do conteúdo

do objeto intelectual com as outras coisas que vêm surgindo, simultaneamente, em outros ramos ou aspectos de uma cultura. O fio diacrônico é a urdidura, e o sincrônico é a trama do tecido da história cultural. O historiador é o tecelão, mas a qualidade do tecido depende da firmeza e cor dos fios. Ele tem de aprender um pouco de fiação com as disciplinas especializadas, cujos estudiosos, na verdade, perderam o interesse de utilizar a história como uma de suas modalidades básicas de entendimento – mas ainda sabem melhor do que o historiador o que constitui, em seu ofício, um fio resistente de cor firme (1988, p. 17). O ponto de vista de Chartier (1990) a respeito da natureza da história cultural foi expresso de uma forma bastante sintética:

[...] trata-se de identificar o modo como em diferentes lugares e momentos determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler, [sendo necessário] considerar os esquemas geradores das classificações e das percepções próprias de cada grupo ou meio como verdadeiras instituições sociais, incorporando sob a forma de categorias mentais e de representações coletivas as demarcações da própria organização social. (p. 25, nota 45)

Afirma ele, ainda, que podemos

[...] pensar uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos, isto é, das representações do mundo social que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é ou como gostariam que fosse. (*idem, ibidem*)

Essas duas citações permitem-nos perceber que estamos diante de duas concepções da história cultural: uma que a associa a uma história da cultura orientada para o recorte e a análise de objetos específicos chamados objetos culturais – e aí entra, é claro, a distinção entre cultura material e cultura imaterial (ou espiritual); e outra que privilegia o critério dos pressupostos metodológicos que têm em vista a aborda-

gem tanto das representações como das práticas sociais de acordo com as concepções típicas das diversas teorias sociais.

3. O conceito de história cultural também não se encontra imune ao conflito dos sentidos: há quem pense a história cultural nos moldes da velha oposição historicista entre um mundo natural e um mundo da cultura, ou humano, histórico por definição. No bojo de algumas dessas interpretações, persiste, não raro, uma associação do cultural ao espiritual ou mental, fazendo-nos recordar as conhecidas distinções oitocentistas entre uma alta cultura, ou cultura das elites letradas, e uma cultura popular, iletrada, por definição, e muito próxima, quando não mesmo idêntica, das manifestações chamadas então *folclóricas*.

Já no território marxista, a história cultural ora vem referida aos produtos e manifestações da *cultura material*, ora se restringe ao estudo das formas de consciência social, e aí entra em cena o problema da ideologia. Muito comum, também, é a discussão segundo pressupostos estruturais – e estruturalistas, mais recentemente –, na qual se indaga se a cultura e o cultural constituem ou não uma instância do real, sua autonomia relativa e as relações que mantêm com as outras instâncias do *real*.

História cultural ou histórias culturais?

De acordo com o conceito de cultura que se tenha em vista, há pelo menos duas concepções básicas acerca do campo de abrangência da história cultural: a primeira delas define a história cultural como história da cultura intelectual ou *desinteressada*, voltada para as coisas do espírito, sinônimo talvez de história intelectual, e muito próxima da antiga história das idéias. Basicamente voltada para as formas textuais em geral, essa história cultural identifica-se bastante com a chamada alta cultura, ou cultura dominante.

Já no caso da segunda, porém, a história cultural compreende tanto a cultura intelectual (ou do espírito) quanto a cultura material, ou seja, a erudita e a popular, a cultura científica, filosófica e artística, mais sofisticada, e a cultura cotidiana, ou do senso comum.

Freqüentemente, a alta cultura, enquanto cultura dominante, é associada às chamadas *elites* ou classes letradas, ao passo que a cultura cotidiana é vista como a cultura popular, ou dominada.

Todas essas denominações e oposições vêm sendo submetidas a críticas constantes. Para não poucos historiadores, aliás, tais dicotomias culturais são demasiado simplistas, reducionistas e irreais – tal como se dá, por exemplo, com Roger Chartier (1990), Jacques Revel (1989) e Carlo Ginzburg (1991) –, já que a dinâmica das relações culturais e sociais tende a misturar essas divisões e distinções aparentemente tão homogêneas. Quanto aos autores marxistas, suas críticas têm sido endereçadas a esse conceito supostamente *amplo* de história cultural, mas que deixa de fora praticamente toda a cultura material.

Trabalhar cada vez menos com um conceito único de cultura ou com suas supostas oposições dicotômicas parece ser a tendência entre os historiadores do cultural.

Alguns problemas da história cultural

A historiografia contemporânea vem demonstrando a realidade e a especificidade da história cultural. No limite, aliás, já existem aqueles que admitem não ser mais aceitável tentar pensá-la segundo os esquemas explicativos que legitimam os demais campos do conhecimento histórico, tal como acabo de fazer. De qualquer modo, porém, é preciso ter em vista pelo menos três coisas a respeito da história cultural:

1. A história cultural não deve ser encarada como mais uma entre as diversas disciplinas históricas especializadas e definidas em função das temáticas respectivas. O cultural constitui um campo multi e interdisciplinar, capaz de articular os temas e as questões mais ou menos dispersos pelas disciplinas especializadas.

2. Ela não é apenas mais um tipo de enfoque ou abordagem. Ao contrário de abordagens como a econômica, a política, a social ou a intelectual, nas quais o historiador recorta e destaca da totalidade histórica certos tipos ou conjuntos de objetos relativamente

homogêneos, a história cultural vê-se sempre diante da dificuldade de recortar objetos culturais. Daí podemos perceber atitudes bastante diferenciadas entre os historiadores diante da história cultural: há os que definem o cultural como tudo aquilo não classificado como econômico, político, social; mas há também quem veja o cultural como uma dimensão transdisciplinar, inerente ao próprio real, própria de todo o fazer humano. Logo, não haveria como circunscrever o cultural em termos de região ou nível, pois, a rigor, ele faz parte de todos os níveis.

3. Não se trata apenas de um novo espaço ou dimensão do real, distinto, separado e definido em termos espaciais ou hierárquicos em relação aos demais espaços, regiões ou níveis desse mesmo real.

Assim, chega-se a uma conclusão bastante interessante: a história cultural não deveria ser apenas uma denominação ou rótulo que se aplicaria a um campo de estudos constituído de objetos e temas específicos. A idéia de atribuir uma espécie de lugar ao cultural em termos de realidade histórica, um lugar situado entre o econômico, o político e o social, talvez tenha tido sua razão de ser no começo da história cultural. Hoje, todavia, sabe-se que esse lugar não existe, assim como tampouco existe uma alocação arquitetônica que permita dizer se a história cultural está acima, abaixo, ou ao lado de outros aspectos do real.

Objetos e métodos da história cultural

Afirma Georges Duby (1982, p. 14) que “a história cultural tem como proposta observar no passado, em meio aos movimentos de conjunto de uma civilização, os mecanismos de produção dos objetos culturais” (da produção vulgar à mais refinada).

Nas atas do Colóquio Franco-Húngaro de Tihany sobre “Objeto e métodos da história da cultura”, realizado em 1977, do qual participaram Duby, Le Goff, Makkai e Kosary (os dois últimos historiadores húngaros), ficaram registradas as seguintes indicações temáticas (cf. Le Goff & Kopeczi, 1982):

- a) Visões de mundo: sistemas de valores e de normas ligados às necessidades econômicas, sociais e políticas da sociedade, sua influência sobre o conhecimento cotidiano, científico e artístico e sobre as atitudes e modos de vida.
- b) Política cultural: as concepções das diferentes classes e camadas sociais e dos diversos movimentos e correntes.
- c) Atividades institucionais na difusão da cultura material e intelectual (ensino, edição, imprensa, rádio, televisão, igrejas e organizações sociais; a língua como meio de comunicação).
- d) Intelectuais: seu papel/função como difusores da cultura e a sua realização/concretização.
- e) Ciência: condições de existência, resultados e funções no cotidiano, no desenvolvimento da sociedade, da consciência cotidiana e das ideologias.
- f) Literatura e artes: condições de existência, resultados, funções e influência sobre a consciência cotidiana, as ideologias, as atitudes e os modos de vida; a imagem da sociedade e do homem em seus produtos.
- g) Cultura material e intelectual da vida cotidiana das diversas classes, camadas e grupos sociais. Principais características.
- h) Tradição e inovação cultural de uma época; valores que se transmitem ou que desaparecem; lugar do período em causa na evolução global de determinado povo ou da humanidade.

Quanto aos métodos, Duby (1982, p. 14-17) sublinha o conceito de *produção cultural*, pois, segundo afirma, o historiador deve considerar o conjunto da produção cultural e as relações que possam existir entre os acontecimentos produzidos no topo do edifício – como obra-prima – e essa base quase inerte da produção corrente, pois, em geral, as disciplinas separadas/especializadas permanecem ancoradas no excepcional. Seria fundamental, segundo ele, elucidar as relações existentes entre o movimento criador,

que arrasta a evolução de uma cultura, e as suas estruturas profundas. Entre estas últimas estão situadas as estruturas econômicas e suas conexões com os ritmos da produção cultural em certas épocas.

Ainda segundo Duby, há também outros fatores, não-econômicos, a considerar:

- a) uma herança, um *capital de formas* de que cada geração lança mão (*formas literárias, artísticas, filosóficas*);
- b) os fatores ideológicos, o papel do imaginário, do sistema de valores, das imagens que servem para explicar o mundo;
- c) o fato de que não existe apenas uma cultura, mas sim *culturas*, mesmo em sociedades pouco evoluídas; logo, é importante não trabalhar com as noções de *povo* e *elite* como se fossem blocos homogêneos, ignorando-lhes as estratificações e combinações variadas – “os deslizamentos, passagens, interferências, origens da complexidade do espaço cultural” (*apud* Falcon, 2002, p. 100-102).

A título de conclusão

Segundo Jean-Pierre Rioux (*in* Rioux & Sirinelli, 1997, p. 17-18), é possível distinguir pelo menos quatro blocos mais importantes no âmbito da história cultural:

- a) A história das políticas e das instituições culturais, abrindo caminho ao estudo das relações entre o político e o cultural (ideais, atores, culturas políticas).
- b) A história das mediações e dos mediadores, no sentido estrito de uma difusão instituída de saberes e de informações, mas também, em sentido mais amplo, de inventário dos transmissores, dos fluxos de circulação de conceitos, ideais e objetos culturais; das maneiras à mesa, à escola, do rito religioso à moda etc.
- c) A história das práticas culturais, que não deve ficar fechada em si mesma, sinônimo de um

sociocultural sempre presente no horizonte de pesquisa e levando a revisitar a religião vivida, as sociabilidades, as memórias particulares, as promoções identitárias e os usos e costumes dos grupos humanos.

- d) A história, enfim, dos signos e símbolos exibidos, dos lugares expressivos e as sensibilidades difusas, ancorada sobre os textos e as obras de criação, sempre íntima, alegórica e emblemática, valorizando as ferramentas mentais e as evoluções dos sentidos, misturando os objetos, as práticas, as configurações e os sonhos. Sirinelli (2004) refere-se à síntese entre os dois pólos possíveis de uma história cultural, concebida ao mesmo tempo como história das representações do mundo e como a das elaboradas produções do espírito, desde os sistemas de pensamento mais construídos até as sensibilidades mais simples. Esses pólos delimitam um campo de estudo, tendo por objeto tudo aquilo que é dotado de sentido em um grupo humano em uma certa data. Daí a validade da definição proposta para a história cultural: como os homens representam e representam-se no mundo que os cerca.

Referências bibliográficas

- ARRUDA, José Jobson; FONSECA, Luís Adão (Orgs.). *Brasil-Portugal: história, agenda para o milênio*. São Paulo/Portugal: FAPESP/EDUSC/ICCTI, 2001.
- BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados recompostos; campos e canteiros da história*. Trad. Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1998.
- BURKE, Peter. *Variadas de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A configuração da historiografia educacional brasileira. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 329-353.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CHARTIER, Roger; ROCHE, Daniel. O livro: uma mudança de perspectiva. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 99-115.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.
- DUBY, Georges. Histoire des mentalités. In: SAMARAN, Charles (Org.). *L'histoire et ses méthodes*. Paris: Gallimard, 1961. p. 937-966.
- _____. Problèmes et méthodes en histoire culturelle. In: LE GOFF, Jacques; KOPECZI, Bela (Orgs.). *Objet et méthodes de l'histoire de la culture*. Actes du Colloque Franco-Hongrois de Tihany. Paris/Budapest: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique/Akademiai Kiadó, 1982. p. 13-18.
- FALCON, Francisco J. C. *História cultural*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.
- GOMBRICH, Ernest Hans. Para uma história cultural. Lisboa: Gradiva, 1994.
- HUNT, Lynn (Org.). A nova história cultural. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LE GOFF, Jacques; KOPECZI, Bela (Orgs.). *Objet et méthodes de l'histoire de la culture*. Actes du Colloque Franco-Hongrois de Tihany. Paris/Budapest: Éditions du CNRS/Akademiai Kiadó, 1982.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novas abordagens*. Tradução Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976c.
- _____. *História: novos objetos*. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976a.
- _____. *História: novos problemas*. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976b.
- LIMA E FONSECA, Thais Nivia de. História da educação e história cultural. In: GREIVE, Cynthia Veiga; LIMA E FONSECA, Thais Nivia de (Orgs.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 49-75.
- MAURO, Frédéric. *Nova história e novo mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- _____. *Do Brasil à América*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.
- RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Pour une histoire culturelle*. Paris: Seuil, 1997.

SCHORSKE, Carl E. *Viena fin-de-siècle: política e cultura*. São Paulo: Ed. UNICAMP/Cia. das Letras, 1988.

SIRINELLI, Jean-François. Este século tinha sessenta anos: a França dos *sixties* revisitada. *Tempo Social*, São Paulo: Revista de Sociologia da USP, v. 8, n. 16, p. 14-17, jan./jun. 2004.

SOLÀ, Pere. El estúdio diacrónico de los fenómenos educativos y las tendencias historiográficas actuales. In: CONGRESO INTERNACIONAL “HISTÓRIA A DEBATE”, 1993, Santiago de Compostela. *Actas...* Santiago de Compostela: Carlos Barros Editor, 1995. t. II, p. 213-220.

THOMPSON, Edward P. *The making of the english working class*. Victor Gollancz, 1963, Pelican Books, 1968.

VIDAL, Diana; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880/1970). *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v. 23, n. 45, p. 37-70, 2003.

WARDE, Miriam Jorge. Contribuições da história para a educação. *Em Aberto*, Brasília: INEP/MEC, ano 9, n. 47, p. 3-11, jul./set. 1990.

_____. CARVALHO, Marta. Política e cultura na produção da história da educação no Brasil. *Contemporaneidade e educação*, ano V, n. 7, p. 9-33, 1. set. 2000.

FRANCISCO JOSÉ CALAZANS FALCON, livre-docente em história moderna pela Universidade Federal Fluminense (UFF), professor titular aposentado da mesma universidade, assim como da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), é atualmente professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira. Trabalhos publicados: *A época pombalina* (São Paulo: Ática, 1982), *Mercantilismo e transição* (São Paulo: Brasiliense, 1982); *Iluminismo* (São Paulo: Ática, 1986); *Tempos modernos: ensaios de história cultural* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000); *História cultural* (Rio de Janeiro: Campus, 2002); *A formação do mundo moderno* (Rio de Janeiro: Campus, 2006), os dois últimos em colaboração com Antonio Edmilson Martins Rodrigues. Pesquisas em andamento: “Historiografia brasileira: a época cientificista – Capistrano de Abreu”; “Teoria da historiografia contemporânea; as historiografias modernas e pós-modernas”. E-mail: prof@franciscofalcon.com.br

Recebido em novembro de 2005

Aprovado em fevereiro de 2006

especialidad cultural, que marca a la escuela xakriabá.

Palabras claves: *educación indígena; cultura escolar; antropología de la educación*

Francisco José Calazans Falcon

História cultural e história da educação

O artigo analisa a separação entre a história cultural e a história da educação. Examinando obras a partir dos anos de 1970, verifica a importância crescente da história cultural e a ausência quase completa de trabalhos relativos à história cultural da educação. Aborda questões disciplinares e institucionais, mas também historiográficas, que concorrem para a exclusão de determinadas disciplinas, como a história da educação, do âmbito de trabalho do historiador. Durante a década de 1980, detecta maior interesse pela história da educação e por sua inserção nas perspectivas historiográficas. Focaliza algumas questões que interessam aos historiadores e aos historiadores da educação: as relações entre história e cultura; a tentativa de considerar a história cultural em duas perspectivas: uma que lhe atribui o recorte e análise de objetos culturais, e outra que privilegia os pressupostos metodológicos, abordando tanto as práticas sociais como as suas representações, de acordo com concepções das diversas teorias sociais. Conclui que a história cultural é um campo multi ou interdisciplinar, não apenas um tipo de abordagem, nem apenas um novo espaço ou dimensão do real, e enfatiza a necessidade de uma reflexão mais sistemática sobre a educação como um tema/objeto de investigação necessário à compreensão da formação cultural de uma sociedade.

Palavras-chave: história cultural; história da educação

Cultural history and the history of education

The article analyses the separation between cultural history and the history of education. It verifies the growing importance of cultural history and the almost complete absence of studies on the cultural history of education based on an examination of works starting in the 1970s. It deals with disciplinary, institutional and historiographic questions which contribute to the exclusion of determined subject areas like the history of education in the ambit of work of the historian. It detects a greater interest in the history of education during the 1980s, and in its insertion in historiographic perspectives. It focuses on some questions which are of interest to historians and historians of education: the relation between history and culture; the attempt to consider cultural history from two perspectives – one which attributes to it the separation and analysis of cultural objects and the other which privileges methodological presuppositions dealing with both social practices and their representations, in accordance with conceptions from diverse social theories. It concludes that cultural history is a multi or interdisciplinary field, not simply a kind of approach nor a new space or dimension of reality and emphasizes the need for a more systematic reflection on education as a theme/object of investigation necessary for understanding the cultural formation of a society.

Key-words: *cultural history; history of education*

Historia cultural y historia de la educación

El artículo analiza la separación entre la historia cultural y la historia de la educación. Examinando obras a partir de los años de 1970, se verifica la importancia creciente de la historia

cultural y la ausencia casi completa de trabajos relativos a la historia cultural de la educación. Aborda cuestiones disciplinares e institucionales, pero también historiográficas, que concurren para la exclusión de determinadas disciplinas, como la historia de la educación, del ámbito de trabajo del historiador. Durante la década de 1980, detecta un mayor interés por la historia de la educación y por su inserción en las perspectivas historiográficas. Focaliza algunas cuestiones que interesan a los historiadores y a los historiadores de la educación; las relaciones entre historia y cultura; la tentativa de considerar la historia cultural bajo dos perspectivas; una que le atribuye el recorte y análisis de objetos culturales, y otra que privilegia los presupuestos metodológicos, abordando tanto las prácticas sociales como sus presentaciones, de acuerdo con concepciones de las diversas teorías sociales. Concluye que la historia cultural es un campo multi o interdisciplinar, no apenas un tipo de abordaje, ni apenas un nuevo espacio o dimensión de lo real, y enfatiza la necesidad de una reflexión más sistemática sobre la educación como un tema/objeto de investigación necesario a la comprensión de la formación cultural de una sociedad.

Palabras claves: *historia cultural; historia de la educación*

Luiz Felipe Baêta Neves

História intelectual e história da educação

O texto começa por tratar do uso anacrônico de palavras e idéias. Tal uso caracteriza-se por uma rigidez na interpretação da linguagem, que acaba por se fixar nos significados correntes na época em que se escreve a história. Essa reificação do discurso tende a desconsiderar as possíveis significações